

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Atividade dos órgãos da CCPJ	
A. Plenário	5
B. Secretariado	6
C. Secção Disciplinar	13

1. Introdução

Entre os dias 20 e 22 de janeiro de 2025 realizou-se o ato eleitoral para o triénio 2025/2028 da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), tendo votado 165 jornalistas, um número substancialmente menor do que no ato eleitoral de 2022, em que votaram 728 profissionais. A tomada de posse dos membros que passaram a integrar o novo Plenário ocorreu a 19 de fevereiro de 2025. O novo Secretariado foi eleito por unanimidade e passou a ser composto por Alexandra Inácio e Paulo Ribeiro, enquanto a Secção Disciplinar, igualmente eleita por unanimidade, foi integrada por Paulo Agostinho, Alexandra Correia e Cláudia Maia. Ao longo do ano foram realizadas várias votações para a cooptação do presidente da CCPJ, sem que qualquer candidato reunisse maioria absoluta em Plenário, motivo pelo qual o Secretariado funcionou, durante todo o período em análise, apenas com os dois jornalistas eleitos.

No decurso de 2025 aprofundaram-se as fragilidades estruturais da CCPJ, decorrentes da manutenção de uma estrutura administrativa e jurídica reduzida e de uma situação económica particularmente exigente, atendendo a que as receitas, assentes fundamentalmente nos emolumentos, não garantem, por si só, o regular funcionamento da instituição. Simultaneamente, reforçou-se o impacto da CCPJ, enquanto organismo independente e regulador do acesso e exercício da atividade jornalística, na sociedade portuguesa. Com a mudança, no ano anterior, da tutela para o Ministro da Presidência, realizaram-se reuniões com o governante, nas quais o Secretariado expôs os principais problemas da CCPJ, designadamente a compensação do prejuízo financeiro acumulado em três anos (2023/2025), decorrente da decisão de suspensão dos emolumentos tomada em março de 2023 pelo então Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva. Mantém-se igualmente pendente a assinatura de um protocolo com a Secretaria-Geral do Governo (então Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros - SGPCM), que se comprometeu a assumir os custos operacionais da sede associados à utilização das atuais instalações na Rua da Artilharia 1.

No plano da atividade regulatória, entre março e dezembro de 2025 foram apreciadas participações e denúncias, exposições e pedidos de esclarecimento apresentados por jornalistas,

entidades e cidadãos, confirmando a importância crescente da CCPJ como entidade de referência para questões relacionadas com o exercício da profissão. Estes números evidenciam que o aumento extraordinário do volume de trabalho registado em 2023 não teve carácter excecional ou episódico, antes se consolidando como tendência.

No que respeita à atividade dos órgãos, o Plenário reuniu ordinariamente de forma bimestral, perfazendo um total de oito reuniões entre fevereiro e dezembro de 2025. Nessas sessões foram apreciadas matérias relativas ao funcionamento da instituição, à formação profissional, à participação em iniciativas públicas e à análise de reclamações de despachos de indeferimento de pedidos de emissão e renovação de títulos profissionais, tendo sido apreciadas duas reclamações deste tipo.

O Secretariado manteve uma atividade particularmente exigente, reunindo em média uma vez por semana, num total de 41 reuniões ao longo do período em análise. No âmbito do expediente corrente, foram analisadas 48 exposições e apreciadas 15 participações/denúncias, das quais resultou a instauração de 10 processos de contraordenação, quer por denúncia, quer oficiosamente, bem como a emissão de recomendações e esclarecimentos dirigidos a jornalistas e entidades, tendo em vista o cumprimento dos deveres profissionais previstos no artigo 14.º do Estatuto do Jornalista e do regime de incompatibilidades previsto no artigo 3.º do mesmo Estatuto. No final do ano encontravam-se em apreciação 80 processos de contraordenação (incluindo os transitados de 2024), tendo sido concluídos 17 processos, com três decisões de arquivamento, um arquivamento por pagamento voluntário de coima de 200 euros, seis condenações na sanção de admoestação e sete condenações em coimas entre 100 e 2.500 euros. A maioria destes processos teve por fundamento violações dos números 1 e 2 do artigo 3.º do Estatuto do Jornalista, em particular da alínea a) do n.º 1, relativa ao exercício de funções de apresentação, através de texto, voz ou imagem, de mensagens publicitárias. Este dado é revelador de um fenómeno que ameaça desfigurar a essência e os princípios do jornalismo profissional, centrando-se nas incompatibilidades entre o exercício da atividade jornalística e o desempenho de funções de natureza publicitária, de marketing, relações públicas, assessoria de imprensa e outras funções afins. É precisamente neste tipo de violações que se concentra o aumento do volume de solicitações dirigidas à CCPJ.

Em matéria disciplinar, e recordando que os processos disciplinares apenas podem ser abertos por violação do n.º 2 do artigo 14.º do Estatuto do Jornalista, registou-se uma diminuição face ao relatório de 2023/24. A Secção Disciplinar, com a composição eleita a 1 de abril de 2025, realizou oito reuniões e três audições, proferindo uma decisão final de arquivamento, permanecendo dois processos pendentes no final do período.

No domínio da gestão de títulos profissionais, a CCPJ assegurou um volume significativo de trabalho, tendo sido processadas 2.203 revalidações de títulos (1.768 carteiras profissionais, 3 títulos provisórios de estagiário de 12 meses, 4 títulos provisórios de estagiário de 18 meses, 140 cartões de equiparado a jornalista, 48 cartões de correspondente estrangeiro, 234 de colaborador e 6 cartões de colaborador nas comunidades portuguesas). No mesmo período foram emitidos 568 novos títulos (184 carteiras profissionais, 143 títulos provisórios de 12 meses, 50 de 18 meses, 53 cartões de equiparado, 18 de correspondente estrangeiro, 117 de colaborador e 3 de colaborador nas comunidades portuguesas). Quanto à cessação e suspensão de títulos, registaram-se 92 suspensões por incompatibilidade (91 carteiras profissionais e 1 cartão de equiparado), 49 suspensões temporárias de atividade (48 carteiras profissionais e 1 cartão de equiparado) e 56 processos de cessação de atividade (8 carteiras profissionais, 9 títulos provisórios de 12 meses, 10 de 18 meses, 14 cartões de equiparado, 2 cartão de correspondente estrangeiro e 13 cartões de colaborador). Foram ainda indeferidos 11 processos de título profissional (1 carteira profissional, 4 cartões de equiparado e 6 cartões de colaborador).

Paralelamente, a CCPJ, representada por membros do Secretariado, participou em numerosas reuniões institucionais, iniciativas públicas e ações de formação, designadamente em colaboração com o Centro de Estudos Judiciários e o CENJOR, bem como em eventos de reflexão sobre a profissão e em sessões de esclarecimento dirigidas a jornalistas. A Comissão manteve igualmente o apoio à investigação académica na área do jornalismo, promovendo a divulgação de inquéritos e estudos junto dos jornalistas detentores de título profissional ou cartão de equiparado. No seu conjunto, estes indicadores confirmam a elevada exigência operacional e regulatória que marcou o período de fevereiro a dezembro de 2025, num contexto em que a defesa da qualidade da informação e da confiança dos cidadãos nos meios de comunicação social assume especial centralidade na atuação da CCPJ.

Atividade dos órgãos da CCPJ

A. Plenário

1. O Plenário da CCPJ reúne, de forma ordinária, bimestralmente – 8 reuniões;
2. Principais ações:
 - a. Realização de formação de jornalistas e de juízes, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e com o CENJOR (junho 2025 (Lisboa) e julho 2025 (Braga))
 - b. Contributo no âmbito da consulta pública do projeto Plano Nacional de Literacia Mediática – Estratégia 2025-2029, da #PortugalMediaLab
3. Apreciação de reclamações de despachos de indeferimento de títulos profissionais – 2
4. Participação em eventos:
 - a. Colóquio “Devem os jornalistas fazer comentário – como se estabelece a linha entre jornalismo e comentário”
5. Divulgação de inquéritos a jornalistas: 4
 - i. no âmbito do projeto de investigação/tese de doutoramento “Inovação nas Redações e Bem-estar dos Jornalistas - NOVA FCSH – Professora Dora Santos-Silva e doutoranda Gabriela Ferreira (março 2025)
 - ii. no âmbito do estudo sobre a Aplicação de Inteligência Artificial no Jornalismo em Portugal – Professor associado Paulo Nuno Vicente (Projeto Universidade Nova de Lisboa / EMIF) (abril 2025)
 - iii. no âmbito da investigação académica “MeDeMAP - Mapping Media for Future Democracies” – Universidade Lusófona - Dr. Nuno Cintra Torres e Dra. Tatiana Chervyakova (maio 2025)

- iv. no âmbito do estudo “Os dados do governo português enquanto fonte de produção jornalística: Contributos para a cobertura de políticas públicas” – Universidade Nova de Lisboa – doutoranda Isabella Moura (junho 2025)

B) Secretariado

Compete a qualquer membro do Secretariado, com conhecimento dos demais, despachar os processos de emissão, renovação, suspensão e cassação dos títulos profissionais.

Foi delegada em dois elementos do Plenário a competência para despachar os mencionados processos.

Neste contexto, resumem-se, de seguida, os dados estatísticos relativamente a essa atividade:

Revalidações							
Mês	CP	TP	TPE	TE	JE	CO	CC
Fevereiro 2025	204	0	0	13	10	17	0
Março	126	0	1	3	0	15	0
Abril	194	1	1	11	4	23	0
Maio	233	0	0	23	10	31	0
Junho	133	0	0	8	3	14	0
Julho	199	1	1	14	6	31	1
Agosto	120	0	0	12	4	25	1
Setembro	117	1	1	14	2	25	1
Outubro	92	0	0	9	6	22	0
Novembro	154	0	0	17	2	21	2
Dezembro	196	0	0	16	1	10	1
TOTAIS	1768	3	4	140	48	234	6

	Emissões						
Mês	CP	TP	TPE	TE	JE	CO	CC
Fevereiro 2025	16	11	7	3	1	11	0
Março	5	6	4	1	1	6	0
Abril	19	20	3	8	3	16	1
Maiο	20	28	8	3	3	13	0
Junho	14	8	3	6	2	3	0
Julho	26	14	5	12	3	9	1
Agosto	20	21	2	4	1	22	1
Setembro	12	5	4	3	0	9	0
Outubro	22	9	6	5	2	12	0
Novembro	13	15	5	2	1	8	0
Dezembro	17	6	3	6	1	8	0
TOTAIS	184	143	50	53	18	117	3

Suspensões por Incompatibilidade			
Mês	CP	TE	JE
Fevereiro 2025	16	0	0
Março	2	0	0
Abril	8	0	0
Maiο	13	0	0
Junho	7	1	0
Julho	12	0	0
Agosto	5	0	0
Setembro	12	0	0
Outubro	5	0	0
Novembro	9	0	0
Dezembro	2	0	0
TOTAIS	91	1	0

Suspensões Temporárias de Atividade			
Mês	CP	TE	JE
Fevereiro 2025	6	1	0
Março	1	0	0
Abril	10	0	0
Maio	6	0	0
Junho	5	0	0
Julho	3	0	0
Agosto	2	0	0
Setembro	2	0	0
Outubro	3	0	0
Novembro	2	0	0
Dezembro	8	0	0
TOTAIS	48	1	0

Cessações de Atividade							
Mês	CP	TP	TPE	TE	JE	CO	CC
Fevereiro 2025	0	0	0	2	0	4	0
Março	0	0	0	0	0	0	0
Abril	3	0	0	2	1	2	0
Maio	1	0	0	4	0	1	0
Junho	2	0	1	0	0	2	0
Julho	0	1	2	0	0	2	0
Agosto	0	2	1	0	0	1	0
Setembro	1	2	2	0	0	0	0
Outubro	1	2	2	3	0	1	0
Novembro	0	2	2	1	1	0	0
Dezembro	0	0	0	2	0	0	0
TOTAIS	8	9	10	14	2	13	0

Processos indeferidos							
	CP	TP	TPE	TE	JE	CO	CC
TOTAIS	1	0	0	4	0	6	0

Legenda

CP – Carteira Profissional de Jornalista
TP – Título Provisório de Estagiário 12 meses
TPE – Título Provisório de Estagiário 18 meses
TE – Cartão de Equiparado a Jornalista

JE – Cartão de Correspondente Estrangeiro
CO – Cartão de Identificação de Colaborador
CC – Cartão de Identificação de Colaborador nas Comunidades Portuguesas

- i) O Secretariado reuniu, em média, uma vez por semana – 41 reuniões
- ii) Expediente corrente:
 - 1. Análise de exposições apresentadas – 48
 - 2. Apreciação de participações/denúncias – 15
 - a. Abertura de processos de contraordenação (por denúncia ou oficiosamente) – 10

PROCESSOS CONTRAORDENACIONAIS	10
Processos instaurados	10
Processos pendentes (incluindo os transitados de 2024)	80
Processos findos	17 3 arquivamento 1 arquivamento por pagamento voluntário da coima de € 200,00 6 condenações na sanção de admoestação 1 condenação no pagamento de coima no valor de € 100,00 1 condenação no pagamento de coima no valor de € 200,00 1 condenação no pagamento de coima no valor de € 2.500,00 4 condenações no pagamento de coima no valor de € 1.000,00

ART.º 3.º, N.º 1 E 2 DO ESTATUTO DO JORNALISTA	TOTAL
a) Funções de apresentação, através de texto, voz ou imagem, de mensagens publicitárias	6
b) Funções de marketing, relações-públicas, assessoria de imprensa e consultoria em comunicação ou imagem, bem como de planificação, orientação e execução de estratégias comerciais	3
c) Funções de em serviços de informação e segurança ou em qualquer organismo ou corporação policial	0
d) Serviço militar	0
e) Funções enquanto titulares de órgãos de soberania ou de outros cargos políticos e enquanto deputados nas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, bem como funções de assessoria, política ou técnica, a tais cargos associadas.	0
f) Funções executivas, em regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, em órgão autárquico.	0
2. Participação em iniciativas que visem divulgar produtos, serviços, ou entidades através da notoriedade pessoal ou institucional do jornalista, quando aquelas não sejam determinadas por critérios exclusivamente editoriais	
Total	9

* O processo pode ser aberto com base em mais do que uma alínea

ART.º 4.º, 1 E 2 DO ESTATUTO DO JORNALISTA	TOTAL
Exercício da atividade sem título profissional	1
Empresa com atividade no domínio da comunicação social com jornalista sem carteira profissional	0
Total	1

ART.º 15.º, 2 E 3 DO ESTATUTO DO JORNALISTA	TOTAL
Diretores de informação sem título profissional	1
Total	1

ART.º 18.º DO REGIME DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CCPJ	TOTAL
Prestação de falsas declarações para a obtenção de um título profissional	0
Total	0

- b. Aberturas de processos disciplinares – 0
- 3. Respostas a perguntas de jornalistas e entrevistas: 7 + 5
- 4. Entrevistas para teses de mestrado/doutoramento: 4
- 5. Reuniões com jornalistas ou institucionais:
 - a. Reuniões/audições a jornalistas – 14
 - b. Audiência com o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares
 - c. Audiência com o Ministro da Presidência
 - d. Reunião com a Comissão Europeia no âmbito dos SLAPP
 - e. Reunião com o Centro de Estudos Judiciários
 - f. Reunião com a Direção do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e de Comunicação Audiovisual
 - a. Reunião com a Liga Portugal
 - b. Reunião com o investigador Paulo Nuno Vicente – no âmbito do estudo nacional sobre a aplicação da IA no jornalismo português
 - c. Reuniões com a AMA – 2

2. Contributo para o Relatório de 2025 sobre o Estado de Direito na União Europeia, elaborado pela Comissão Europeia
3. Participação em eventos:
 - a. Lançamento do livro “Serviço Público de Media – Inovação, Desafios e Cidadania”, pelo Conselho de Opinião;
 - b. Cerimónia de Entrega do Prémio Jornalismo em Saúde (Clube de Jornalistas/APIFAMA)
 - c. Lançamento do livro “A Cidade e a Revolução”, de Pedro Ramos Pinto, no âmbito das Comemorações dos 50 Anos do 25 de abril - Festival Fólio, Óbidos
 - d. Cerimónia de entrega do Prémio Jornalismo de Excelência Vicente Jorge Silva
 - e. Apresentação do Livro Branco para a Inteligência Artificial no Jornalismo
 - f. Cerimónia de entrega das Prémios Gazeta
 - g. Cerimónia de Entrega do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas
 - h. Dia Nacional da Imprensa
 - i. Conversa na Escola Superior de Comunicação Social sobre a representação de crianças e jovens nos media – trabalho de licenciatura
4. Divulgação de estudos e teses
5. Divulgação de cursos/formações
6. Divulgação de debates e eventos
7. Divulgação de prémios de jornalismo

C) Secção Disciplinar

i) A Secção Disciplinar é composta por três jornalistas eleitos pelos demais membros da CCPJ e tem competência para apreciar, julgar e sancionar a violação, pelos jornalistas, equiparados a jornalistas, correspondentes e colaboradores da área informativa dos órgãos de comunicação social, dos deveres profissionais enunciados no n.º 2 do artigo 14.º do Estatuto do Jornalista.

ii) Trabalho efetuado:

a. Composição eleita a 01/04/2025: membros: Alexandra Correia, Cláudia Maia e Paulo Agostinho:

- Reuniões: 8
- Audições: 3
- Decisões: 1

Processos findos	1 1 decisão de arquivamento
------------------	--------------------------------

Processos pendentes	2
---------------------	---

Plenário da CCPJ

Lisboa, 14 de julho de 2026